

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1973

sula Ibérica, tem aí larga difusão. Em Espanha existe não só na zona levantina e no Sudeste, mas também em Málaga, Mérida, Burgos, Clunia e Pamplona. Em Portugal conhece-se em Braga, Fiães, Conímbriga (Alarcão, «Arq. de Beja», 22, 1965, 191-196), Vila Marim e Faro.

A propósito dos três grupos estabelecidos por Rigoir, sugere o A. (p. 403) que eles possam representar diferentes fases cronológicas e não apenas produção de regiões distintas. Esta sugestão merece ser aprofundada.

Pena é que o A. não tinha ilustrado todas as formas e os diversos esquemas decorativos. Essa lacuna rouba clareza à sua cuidada exposição e obriga o leitor a munir-se de copiosa bibliografia, em grande parte inacessível à maioria dos estudiosos. Tábuas recapituladoras das formas, por tipo de vaso (taças, pratos, bilhas, etc.) teriam sido um precioso auxiliar.

A. ALARCÃO

FELIPE ARIAS VILAS, *Las Murallas Romanas de Lugo*, Santiago de Compostela, 1972.

A bibliografia das muralhas romanas de Lugo, bibliografia que Felipe Arias Vilas resume no capítulo II deste trabalho, é abundante. O estudo agora publicado supera os anteriores trabalhos pelo cuidado posto na recolha exaustiva de referências bibliográficas e dados arqueológicos sobre as muralhas lucenses e pelo exame comparativo desta obra com as fortificações urbanas da mesma época nas províncias ocidentais do império romano.

A monografia agora apresentada não é, evidentemente, definitiva. Trabalhos futuros de limpeza e desafogo da muralha poderão ainda oferecer dados para uma datação mais precisa da obra ou para a solução de alguns dos problemas que a reconstituição do seu alçado levanta. Por outro lado, não obstante a documentação topográfica que o autor recolheu, falta um levantamento pormenorizado que actualize as plantas de 1871, de Schulten e de Richmond (1931) e desenhos ou fotografias dos alçados que permitam um melhor estudo do aparelho e das técnicas de construção. Não estão aqui em causa as qualidades do investigador, mas a assistência que a Junta Provincial de Lugo ou a Universidade de Santiago de Compostela não puderam, evidentemente, oferecer-lhe.

Um primeiro e breve capítulo é dedicado à situação e à fundação da cidade. No segundo e terceiro, o autor resume as referências de vários escritores, desde H. König de Wach (1496) a Abel Vilela (1972), às muralhas de Lugo e menciona documentos e plantas medievais e modernos que permitem acompanhar as vicissitudes que a muralha sofreu ao longo dos séculos.

Nos capítulos IV e V, descreve a muralha no seu estado actual e sistematiza as características arquitectónicas do conjunto, cuidadosamente distinguindo a obra romana das alterações e reparações medievais e modernas.

Sem pretender estudar os materiais arquitectónicos, escultóricos e epigráficos reutilizados na edificação dos muros, apresenta todavia no capítulo VI uma lista desses materiais, com referência ao CIL e às IRG (*Inscriptiones romanas de Galicia*, de F. Bouza-Brey e A. d'Ors).

O capítulo VII é consagrado a um exame comparativo das muralhas de Lugo com outras cercas defensivas urbanas do ocidente romano. Muito acertadamente, o autor observa que essa comparação se deve reduzir às muralhas da mesma época (posteriores à crise de meados do séc. m) e deve atender às características regionais, que explicarão diferentes traçados e tipos de construção em muralhas todavia contemporâneas. Uma vez por outra, contradizendo a regra que definiu, compara com muralhas de outra época, como a de Camulodunum, talvez de Alexandre Severo ou Gordiano III ou a de Cirencester, cujo perímetro foi condicionado pela muralha térrea do tempo de Albino.

Afirma o autor (p. 64) que a muralha rodeou a cidade «con los campos mas vecinos»; e mais adiante (p. 81): «Todas las ciudades fortificadas reducen su extensión en el Bajo Imperio, aunque en Hispania esta regla sólo se mantiene en Cataluña; solo en Astorga podría rastrear-se alguna reducción y no completamente». A verdade, porém, é que a muralha de Conímbriga também deixou de fora várias casas, umas termas e o anfiteatro; a de Bracara Augusta, tanto quanto podemos julgar pelas referências do séc. xviii, excluiu igualmente uma boa parte da cidade. A redução da área foi provavelmente uma regra em toda a Hispânia e não apenas na Catalunha.

O mapa das cidades fortificadas da Península Ibérica (fig. 70) não inclui Évora, cuja fortificação é certamente de fins do século in ou dos inícios do iv; Montemor-o-Novo, registado no mesmo mapa, não tem vestígios de qualquer muralha romana. A inclusão de Montemor-o-Novo em inventários publicados por Balil e seguidos por Felipe Arias é um erro que importa corrigir.

A crise do século m como causa da construção das muralhas constitui o tema de um capítulo final. No debatido problema das invasões da Hispânia no séc. ui, Felipe Arias toma partido pela tese de duas invasões, que data de 260-63 (limites máximos) e 275. Os primeiros invasores (260-63) ter-se-iam dividido em dois grupos, um dos quais, entrado pelos Pirenéus Ocidentais, teria corrido a Meseta e o Norte, chegando talvez a Portugal, enquanto o outro, passando pelos Pirenéus Orientais, teria saqueado a costa levantina.

A múngua de dados arqueológicos e a ambiguidade dos tesouros numismáticos consente todas as dúvidas sobre a segunda invasão e sobre o ataque do norte de Espanha e Portugal em 260-63. Este capítulo, todavia, revela em Felipe Arias um historiador que completa o arqueólogo.